

## **XXIII Conferência Internacional de Lisboa**

### **Sessão temática**

### **Prioridades para a Acção Externa de Portugal**

### **Relações Bilaterais**

#### ***A actual realidade das relações económicas entre Portugal e a Região Administrativa Especial de Macau***

Rui Pereira\* . Direcção-Geral da Empresa, Ministério da Economia e Inovação

Os últimos vinte e cinco anos da política externa portuguesa em relação a Macau foram inevitavelmente marcados pela preparação da transferência de administração do território para a República Popular da China, concretizada em 20 de Dezembro de 1999.

O processo negocial decorreu sem sobressaltos de maior, podendo considerar-se que Portugal acautelou de forma satisfatória os seus interesses, sobretudo no que respeita à garantia de preservação da especificidade de Macau.

Porém, a generalidade dos observadores considera que, não obstante os laços seculares, Portugal só terá despertado para a realidade de Macau após a constatação da inevitabilidade do seu regresso à China, na sequência da Declaração Conjunta de 1988.

Ou seja, terá faltado, no decurso dos quatro séculos de presença portuguesa no território, uma verdadeira visão de longo prazo, tanto das estruturas governamentais como do sector empresarial, em relação a Macau e à China. Neste período, a diplomacia portuguesa foi sempre reactiva, nunca pró-activa.

Em termos económicos, a realidade demonstra que as empresas portuguesas nunca souberam tirar o devido partido das potencialidades de Macau como porta de entrada para a China. Essa falta de visão estratégica foi bem patente no “êxodo empresarial” português do território depois de Dezembro de 1999.

Embora se mantenham alguns interesses empresariais portugueses em sectores estratégicos da economia de Macau, como a energia, telecomunicações e banca, o seu nível e dimensão encontram-se manifestamente aquém do que seria desejável.

Esta presença insuficiente é facilmente verificável no não aproveitamento, pelas empresas portuguesas, das potencialidades turísticas e comerciais oferecidas pela Região Administrativa Especial de Macau (RAEM)[1].

Assim, desde 1999, os intercâmbios de comércio e investimento bilateral têm vindo a diminuir. As trocas comerciais, apesar de favoráveis a Portugal, têm-se situado persistentemente abaixo dos 20 milhões de euros. O investimento directo apresenta valores totais ligeiramente superiores, mas é notória a tendência crescente de desinvestimento português em Macau nos últimos anos.

Ao contrário de Portugal, que não soube maximizar as potencialidades económicas de Macau, a China desde logo pressentiu o aproveitamento que poderia fazer da RAEM como eixo de ligação privilegiado ao mundo de expressão portuguesa[2], nomeadamente os países da África Lusófona, no âmbito do reforço da sua presença em África, sobretudo ligado à crescente procura chinesa de matérias-primas no exterior.

É neste contexto que se insere a iniciativa chinesa de criação de um Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (PLP). Como não poderia deixar de ser, a Conferência Ministerial inaugural teve lugar em Macau, em Outubro de 2003[3].

Como resultados mais visíveis, destacam-se a assinatura do Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial e a institucionalização do Fórum, mediante constituição de um Secretariado Permanente (sediado em Macau) e a designação de Pontos Focais por parte de cada país participante.

As acções de seguimento têm-se repartido maioritariamente por:

1. Participação em Feiras e Mostras de Produtos (ex: Feira Internacional de Macau, Feira Internacional de Investimento e Comércio de Xiamen);
2. Realização de visitas de prospecção de investimentos e seminários de negócios, incluindo sessões de apresentação do ambiente de comércio e investimento nos países de língua portuguesa;
3. Promoção de acções de formação de recursos humanos.

Se a utilização de Macau como pólo dinamizador das actividades do Fórum não suscita dúvidas, afigura-se no entanto difícil aferir o valor acrescentado do Fórum de Macau em termos de reforço das relações económicas da China com os PLP, sabendo-se que este país tem privilegiado a via bilateral para reforço da sua presença nos países onde detém maiores interesses económicos (Brasil e Angola)[4].

Por seu turno, Portugal tem adoptado uma postura de alguma cautela, dado que, desde o início, pareceu claro que o principal objectivo da China com esta iniciativa seria aproveitar a profunda experiência diplomática e empresarial portuguesa na África Lusófona para reforçar a cooperação com estes países, por exemplo mediante estabelecimento de parcerias tripartidas.

Ao mesmo tempo, Portugal parece não estar, mais uma vez, a conseguir aproveitar esta oportunidade para obter contrapartidas no mercado chinês, como trade-off pelo seu envolvimento nas actividades do Fórum.

Acresce que o relacionamento institucional entre Portugal e a RAEM parece estar, neste momento, praticamente circunscrito às actividades do Fórum de Macau.

Pensa-se que Portugal só teria a ganhar com o reforço da sua presença económica em Macau. Para tal, dever-se-ia sensibilizar o tecido empresarial português para as oportunidades existentes na RAEM, nomeadamente como plataforma regional de serviços, no quadro da sua integração na região do Grande Delta do Rio das Pérolas[5], uma das mais dinâmicas a nível económico da China Continental.

Tal só será possível se se verificar uma alteração significativa de prioridades e estratégias de actuação na diplomacia económica portuguesa.

---

\* As opiniões expressas neste texto foram emitidas a título individual e não vinculam a Direcção-Geral da Empresa.

[1] A título de exemplo, no quadro do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre Macau e a China Continental (em vigor desde 2004), já a partir de 1 de Janeiro de 2006, a China Continental isentará totalmente de direitos aduaneiros as importações de mercadorias com origem em Macau. No que se refere ao comércio de serviços, a partir de Janeiro de 2006 os seguintes sectores passarão a dispor de acesso preferencial: serviços jurídicos, contabilidade, construção, audiovisuais, distribuição, actividade bancária, turismo, transportes e estabelecimentos comerciais em nome individual.

[2] De notar o crescente interesse pela aprendizagem do português em Macau, sobretudo a partir de 2002, que tem sido fortemente fomentado pelo Governo da RAEM, com o apoio de Pequim.

[3] Participaram todos os países de língua portuguesa, excepto São Tomé e Príncipe, por manter relações diplomáticas com Taiwan.

[4] Refira-se que, em 2004, o comércio da China com os PLP elevou-se a cerca de \$18 mil milhões, registando-se um crescimento de 63% face ao ano anterior. Deste montante, a fatia de leão cabe ao Brasil (\$12,3 mil milhões) e a Angola (\$4,9 mil milhões), com Portugal em terceiro lugar (\$870 milhões).

[5] Integra, além da RAEM e Hong-Kong, nove Províncias da China Continental (Guangdong, Guangxi, Fujian, Hainan, Jiangxi, Hunan, Guizhou, Yunan, Sichuan).